



A ascensão da China como potência econômica à luz de clássicos do desenvolvimento econômico¹

Érico Rodrigo Mineiro Pereira²

Resumo: Este artigo se inscreve no debate sobre desenvolvimento econômico, com base tanto em textos clássicos das décadas de 1950 e 1960 quanto nos mais atuais (Rosenstein-Rodan, 1957; Hirschman, 1986; Lewis, Nurkse e Rostow, 2010). O objetivo geral é analisar a construção da economia chinesa à luz da Economia do desenvolvimento, especificamente, compreender o processo econômico da era Mao Zedong. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica, chegou-se à conclusão de que, sob determinados aspectos, é possível responder positivamente à inquietação de Hirschman (1986) no que tange à Economia do desenvolvimento, muito embora, da mesma forma, seja possível também fazer deduções e apontar falhas no que pensavam os demais autores. Um exemplo é a afirmação de que pobreza gera pobreza, inviabilizando o desenvolvimento.

Palavras-chave: Economia do desenvolvimento. China e desenvolvimento econômico.

The rise of China as an economic power in the light of classics of economic development

Abstract: The article presented here is part of the debate on economic development based on classic texts referring to the 1950s and 1960s (Lewis, Nurkse and Rostow, 2010; Rosenstein-Rodan, 1957 and Hirschman, 1986) and aims to verify whether there is a repercussion between what these authors theorized and the Chinese economic development of the Mao Zedong era. Using bibliographical research, it was concluded that, under certain aspects, one can respond positively to that concern, although, in the same way, one can make deductions about failures in what they thought, like the statement made by Ragnar Nurkse that poverty breeds poverty and makes economic development unfeasible. The experience of Maoist China denies this.

Keywords: Development Economics. Chinese economic development.

1 Introdução

A China enfrentou grandes desafios ao longo da sua história. Um deles foi se impor a jornada de construir um modo de produção, mediante processo revolucionário empreendido de

¹ Artigo apresentado para avaliação final da disciplina Teorias do Desenvolvimento Econômico, ministrada pelos professores Gilca de Oliveira e Nuno Teles, no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. O objetivo do autor de publicar o trabalho foi ampliar o alcance da pesquisa.

² Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutorando da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Política e Sociedade (NETPS) da UESB. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9781-5262>. E-mail: erico.pereira@uesb.edu.br.

maneira conclusiva entre o fim da década de 1940 e início da década de 1950. Até o ano de 1978, não obstante os acertos nos terrenos social e econômico (marcados por valores conservadores e interesses latifundiários) foram muitos os problemas vivenciados e erros cometidos (Souza, 2022). Nas décadas seguintes, a partir de 1979, outro desafio: prosseguir com o que foi construído até aquele momento. As reformas, executadas pela nova liderança chinesa, envolveram a própria composição do socialismo³.

No fim da década de 1990, passado o período da Guerra Fria (após derrota e capitulação da URSS), os EUA voltaram a assumir abertamente o imperialismo em seus discursos, pois “enquanto existiu a União Soviética, e uma poderosa onda de revoluções anti-imperialistas foi evidente na periferia, não houve possibilidade de que o capitalismo abraçasse abertamente o conceito de imperialismo em nome da promoção da civilização” (Foster, 2007, p. 476). Exercendo domínio sobre o Sistema Financeiro Internacional (SMI), desde meados da década de 1950, no contexto dos Acordos de Bretton Woods, aquele país do Norte, não sem razão, passa a considerar a China potência desafiante na disputa pelo poder. O mundo caminha, pois, com uma nova bipolaridade, já que o país asiático, na esteira de seu desenvolvimento, desafia o domínio unipolar estadunidense do fim do século XX.

A intenção principal deste artigo é analisar a construção da economia chinesa à luz da Economia do desenvolvimento, especificamente, compreender o processo econômico da era Mao, com base em estudos de autores pioneiros na discussão sobre desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960, Lewis (2010), Nurkse (2010), Rosenstein-Rodan (1957), Rostow (2010) e Hirschman (1986). O objetivo é também identificar possíveis semelhanças – específicas ou gerais – entre os fatos e as teorias. Milaré e Diegues (2012) e Souza (2022) serviram-nos de fonte para a descrição do desenvolvimento chinês do período 1953-1979. A questão que norteia este artigo é: existe relação entre o conteúdo dos textos analisados e o desenvolvimento econômico chinês no período Mao Zedong?

Este trabalho foi construído da seguinte forma: na primeira seção, faz-se uma breve descrição do descenso estadunidense e do ascenso chinês no Século XXI. Na seção 2, serão traçadas linhas gerais, de caráter exploratório, acerca da construção econômica chinesa, com base em referências específicas sobre o desenvolvimento econômico chinês e em textos de autores pioneiros na discussão sobre o tema⁴. A seção 3 traz uma breve exposição sobre imperialismo, Estados Unidos e China. A quarta e última seção apresenta os resultados e discussão.

³ Não trataremos deste assunto neste artigo.

⁴ Na disciplina acadêmica Teorias do Desenvolvimento Econômico, as referências são consideradas clássicas no tema desenvolvimento econômico. Mais tarde, o programa da referida disciplina apresentaria outros autores.

1. Descenso estadunidense e ascenso chinês no século XXI

A história das sociedades sempre foi palco para ascensos e descensos sucessivos de nações. Desse modo, a permuta de países na liderança mundial é lugar-comum. O século XXI traz, no entanto, um cenário desafiador. No século XX, fim da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos preenchem todas as condições para estabelecer-se na condição de liderança mundial, mas confrontam-se com uma nova potência econômica, a China, país que, em 2020, atingiu em torno de 15% da produção mundial de semicondutores. No início dos anos 1990, esse percentual era zero (Prashad, 2023). Os semicondutores são partículas físicas consideradas estratégicas nas cadeias globais de valor, empregadas tanto na fabricação de produtos que são parte integrante do cotidiano, *smartphones* e veículos, quanto em projetos de inteligência artificial. Assim, o país do Norte confronta-se com o asiático no setor indústria e passa a elaborar leis para enfrentar o concorrente (Unitad State, 08/09/2022). No contexto do imperialismo, os EUA, liderança geopolítica longeva, vivem momento de intenso questionamento.

O conflito entre as duas potências econômicas estabelece-se não mais em termos ideológicos, mas em ambiente específico. Especialmente sob a influência de Deng Xiaoping (Souza, 2022), a China empreendeu reformas que a tornaram bem próximas da condição de país capitalista pleno, de forma que seu caráter planejador – comum na Era Mao – foi negado pelo vice-premiê chinês Liu He, no cargo desde 2018. Além de dizer que vai continuar a “apoiar o setor privado, promover a concorrência justa e aprofundar a reforma das gigantes estatais”, o vice-premiê afirma ser “**impossível para a China voltar ao caminho de uma economia planejada**” (Economia, 17 de janeiro de 2023, **grifo nosso**). O desenvolvimento da China, no início do século XXI, em decorrência da Economia do desenvolvimento chinês da Era Mao Zedong, será analisado mais adiante, com base na teoria de Milaré e Diegues (2012).

1.1. Ascensão unipolar estadunidense no mundo e novas contradições

Nos primeiros anos da década de 1990, o mundo não está mais dividido nem dominado por duas grandes potências econômicas, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com a *debacle* histórica do povo russo (Revolução Russa, em 1917), o mundo passa a ser liderado pelos EUA, após setenta e três anos de tentativas de se construir uma alternativa ao modo de produção que emerge e se desenvolve com a primeira revolução industrial no século XVIII – o capitalismo. No mesmo passo, a agora potência unipolar não mais esconde o nome imperialismo, tal como o fez no contexto da Guerra do Vietnã, em que qualquer referência ao termo tornava alguém uma pessoa de esquerda (Foster, 2007). Sob as bênçãos da guerra ao terror da Administração Bush, o termo aparece nessa quadra

histórica numa totalidade também conceitual, passando a ser usado inclusive nas acepções militares e políticas de império, com seu poder pretensamente civilizador e regulador de relações internacionais, tal qual fizeram países como a Inglaterra em sua época (Foster, 2007).

Referindo-se ao processo de ascensão chinesa, Costa Júnior (Folha de São Paulo, 27 de fevereiro de 2023) faz menção ao comportamento de Biden em face do país asiático no controle de exportação. A intenção do presidente americano é clara, segundo o autor: proibir o acesso chinês a “chips” avançados, um bloqueio soberano “inédito nos tempos modernos”. Assim, “os chips que Washington tenta controlar são semicondutores, os processadores que movem celulares, carros autônomos, computação avançada, drones e equipamentos militares — e se tornaram essenciais para a disputa tecnológica desta década”. Majerowicz (2022, pp. 342-343) chama atenção para as consequências desse bloqueio para os EUA:

Ainda que a alavancagem do poder estrutural estadunidense possa colocar sérios obstáculos ao desenvolvimento chinês nas TIC, os EUA não podem usar essa estratégia de forma muito efetiva sem cortar na própria carne. Assim, a concorrência tende a se acentuar na busca por levar adiante a fronteira tecnológica, com um horizonte de longo prazo – como sinalizado no final do governo Obama (PCAST, 2017) e afirmado no governo Biden, especialmente com a proposta da Lei de Inovação e Concorrência, cujo orçamento de 250 bilhões de dólares prevê 52 bilhões de dólares aos semicondutores (...), - em vez de uma mera guerra de posições de curto prazo pautada em proibições para travar a capacidade produtiva chinesa e gerar obsolescência tecnológica.

De acordo com a autora, a luta em prol do melhor semicondutor, bem como da manutenção de posições geopolíticas no século XXI, pode estar sob o domínio ainda unipolar dos Estados Unidos, mas não sem limites. Investimentos vultosos e de longo prazo precisam acompanhar e fazer parte da política, de forma que a também desafiante China se move e vem conseguindo vitórias importantes. De um lado, se esse país deixou de ser inexpressivo na produção mundial de semicondutores, de outro, conforme se afirmou neste artigo, “em 2022, o SMIC⁵ da China supostamente alcançou um avanço tecnológico significativo, saltando de semicondutores de 14nm para 7nm, que está no mesmo nível dos líderes globais Intel, TSMC e Samsung” (Prashad, 2023). Sintomaticamente, Sá (Folha de São Paulo, 13/07/2023) informa “a Reuters ouviu de três ‘empresas de pesquisa’ anônimas que a ‘Huawei está preparada para superar proibição dos Estados Unidos com retorno de telefones 5G (acima)’”. Seu argumento é que “o veto aos chips avançados atingiu a Huawei quanto ela ultrapassou globalmente a Apple”.

⁵ Segundo Prashad (2023), a SMIC é a principal fabricante de semicondutores da China.

1.2. Ascensão da China como potência econômica no século XX: a Era Mao Zedong

Na década de 1950, triunfa na China uma revolução de caráter socialista liderada por Mao Zedong (1893-1976). Iniciam-se, naquela sociedade asiática, experiências em prol da construção de um novo modo de produção. Algumas décadas depois, no fim dos anos 1970, percebe-se uma virada importante nesse processo. O novo líder chinês Deng Xiaoping (1904-1997) estabelece mudanças no campo econômico, com abertura pró-mercado. Xi Jinping (1953-...) assumiu o poder algumas décadas depois (2012) e comandará o país até 2027. Na liderança, potencializa a caminhada da China rumo ao novo patamar de relações no palco da economia mundial, um desafio aos Estados Unidos da América, no contexto da geopolítica do século XXI.

Feita esta breve introdução sobre a ascensão dos Estados Unidos e, posteriormente, da China, passa-se à discussão sobre Economia do desenvolvimento com base em Hirschman (1986). Também de forma resumida, apresentam-se os estudos pioneiros de Rosenstein-Rodan (1957), Lewis (2010) e Nurkse (2010) e Rostow (2010). Em seguida, o debate proposto por Milaré e Diegues (2012) e Souza (2022) sobre a realidade chinesa do período 1953/1979 (período Mao Zedong).

1.2.1. A teoria de Albert Hirschman sobre Economia do desenvolvimento

Hirschman (1986) trata da emersão da Economia do desenvolvimento enquanto disciplina e se queixa da perda de vitalidade de uma “atividade científica que se dá diretamente como objetivo resolver um problema tão urgente”. Cita o desolamento decorrente de afirmações como o “próprio problema estar em vias de solução” e a “constatação decepcionante de que a ‘solução’ nem sempre é adequada e que os resultados obtidos são magros ou nulos” (Hirschman, 1986, p. 50). Argumenta que a Economia do desenvolvimento perdeu fôlego nas pesquisas que empreendera, apesar dos avanços e possibilidades. Nesse passo, sistematiza os postulados dos estudos sobre o desenvolvimento em dois blocos: a *monoeconomia*, percebido como algo recusado; a *reciprocidade de vantagens*, ao qual associa aprovação.

São *monoeconômicas*, segundo a percepção de Hirschman (1986), a ortodoxia e o neomarxismo, uma vez que apresentam “riscos internos de instabilidade” às correntes híbridas da Economia do desenvolvimento de Marx. Assim, é preciso concentrar-se na Economia do desenvolvimento, haja vista o pensamento marxiano no que tange às relações entre países industrializados e desindustrializados (Hirschman, 1986, p. 54). Ao ressaltar a relevância da teoria keynesiana nos primeiros momentos da Economia do desenvolvimento, o autor chama atenção para a incapacidade de o pensamento ortodoxo enxergar os problemas após a crise de 1929. Sob

a influência de Keynes, ganharam importância tanto o subemprego rural quanto a industrialização tardia (Hirschman, 1986, p. 56).

O keynesianismo inspirou, portanto, e simultaneamente, a análise do subemprego e o surgimento da disciplina Economia do desenvolvimento. Segundo Keynes, pesquisadores como Kurt Mandelbaum (1904-1995), Paul Rosenstein-Rodan (1902-1985) e Ragnar Nurkse (1907-1959) destacaram a relação entre subemprego e subdesenvolvimento. Essa vinculação teria ficado mais evidente em Paul Rosenstein-Rodan (salários baixos e subdesenvolvimento) e em Ragnar Nurkse (necessidade e poupança interna). Hirschman (1986) estabelece também um debate com Lewis (2010): “minha contribuição pessoal ao debate pode ser considerada como uma tentativa de generalização do conceito de subemprego enquanto caráter essencial do subdesenvolvimento”⁶ (Hirschman, 1986, p. 59).

Ao discordar de Lewis (2010), afirma, porém, que os países subdesenvolvidos possuem reservas de força de trabalho, poupança, espírito empresarial e de outros recursos, embora defenda que a “terapia keynesiana não basta”, pois serão necessários também “dispositivos de empuxo” e “mecanismos de impulsão, no contexto de uma “estratégia de crescimento não equilibrado” (*idem, ibidem*). Para concluir os breves comentários sobre o texto de Hirschman (1986, p. 66), apresenta-se a seguir o que seria a função histórica da disciplina ora discutida:

Uma das funções históricas da Economia do desenvolvimento consistiu em inspirar a convicção de que os problemas do subdesenvolvimento não eram insuperáveis e em contribuir assim para colocá-los – em todo o mundo – na ordem do dia das instâncias responsáveis. A afirmação do princípio da reciprocidade das vantagens contribuiu para esse objetivo.

O importante é o realce destinado à Economia do desenvolvimento, enquanto disciplina responsável por cuidar de um assunto que desafia as sociedades, e a contribuição dos estudos de John Maynard Keynes (1883-1946) para esse campo. Quanto ao princípio das vantagens recíprocas (ou *reciprocidade de vantagens*), Hirschman (1986) quer dizer que o desenvolvimento dos países hoje subdesenvolvidos traz vantagens também para os desenvolvidos.

Ao compreender a natureza ética do desenvolvimento, Hirschman (1986) mostra a grande importância dessa tarefa, dada a necessidade de se prover condições mínimas de vida para sociedades materialmente subdesenvolvidas. Do ponto de vista ideológico, entre Marx, ortodoxos e neomarxistas, o campo de estudo para o teórico alemão é a própria disciplina, considerada campo híbrido. Qual parece ser o pano de fundo dessa discussão? Inicialmente, o desnível no desenvolvimento das economias, principalmente entre Estados que foram os primeiros na lista de desenvolvimento e os países restantes, notadamente, os da África, América Latina e Ásia. Depois,

⁶ Referindo-se ao debate de Lewis.

a própria necessidade de que estes se desenvolvam. Em resumo, a sobrevivência de populações inteiras, problema que alguns autores (cada um da sua forma) tentaram resolver.

1.2.2. O desenvolvimento segundo autores das décadas de 1950 e 1960

São dois os problemas do subdesenvolvimento: um, do lado da demanda; outro, do lado da oferta (Nurkse, 2010). De acordo com a opinião desse teórico, do lado da demanda, a pequena dimensão do mercado. Para solucionar essa questão, o autor propõe a criação de um mercado equilibrado (neste, as pessoas das várias indústrias poderiam representar demanda para as pessoas das demais indústrias). Do lado da oferta, a necessidade de um mínimo de poupança interna para financiar o desenvolvimento. Essa é uma questão considerada de difícil solução, tendo em vista o comportamento dos consumidores diante das diferenças na renda real, já que, em vez de pouparem, são levados a consumir (Nurkse, 2010). Esse autor refere-se à denominada circularidade, o problema para o desenvolvimento, tanto do lado da oferta quanto da demanda. Desse modo,

a dimensão do mercado é determinada pelo nível geral de produtividade. Capacidade de compra significa capacidade de produção. O nível de produtividade, por sua vez, depende – não em termos absolutos, mas em grande medida – da utilização do capital na produção. Mas a utilização do capital se vê, no início, inibida pela pequena dimensão do mercado (Nurkse, 2010, p. 277).

Rosenstein-Rodan (1957) considera o grande empurrão inicial fator determinante para os países subdesenvolvidos, seja na forma de poupança interna, seja na de programa para o desenvolvimento. Tal ideia parece ficar mais complexa quando se divide esse empurrão – financiamento – em duas partes: um mínimo inicial, depois, outra quantidade para a produção de bens de salários para os consumidores. Segundo o autor, o mercado internacional pode representar financiamento via compra de mercadorias, mas, ainda que isso ocorra, não se elimina a necessidade do “*push*” inicial para toda a produção. Sobre a questão do comércio internacional, no contexto de desenvolvimento dos países, Nurkse (2010) afirma que a prosperidade internacional não implica recompensas aos de pouco desenvolvimento.

Rostow (2010) argumenta que as etapas são necessárias ao desenvolvimento. São três: a primeira, denominada **período longo**, com duração de, aproximadamente, um século ou mais. Nesse período se formam as bases para o que o autor classifica de decolagem. A segunda etapa, a **decolagem** propriamente dita, tem a duração de duas ou três décadas. Na terceira etapa, **período prolongado**, ocorre uma automatização do crescimento, baseada no acúmulo das duas primeiras fases. Diante da coincidência com o que defende Rosenstein-Rodan (1957), é importante ressaltar, são condições prévias para a decolagem, segundo Rostow (2010), a “capacidade inicial

de mobilizar, de modo produtivo, a poupança interna, bem como uma estrutura que permita subsequentemente uma elevada taxa marginal de poupança” (*idem*, 2010, p. 189).

2.2.2.1. Pontos em comum entre os autores

Entre outros, um ponto em comum entre os três autores é a importância de uma poupança ou do empuxo inicial. Rostow (2010, p. 206) destaca ainda outras questões, como líderes empresariais, setores líderes, demanda representada para outros setores, além da expansão industrial, devido à expansão de cidades, em decorrência do “crescimento rápido de certos setores manufatureiros”, na fase de decolagem. O autor adverte: “Nada nesta análise deve ser entendido no sentido de subestimar a importância das transformações na produtividade da agricultura para a questão global do processo econômico”. Ressalta, ademais, que a “decolagem” requer da sociedade a aplicação eficiente de seus “recursos próprios e seculares”.

Lewis (2010) buscou na teoria solução para os problemas relacionados à distribuição, acumulação e ao crescimento econômico em países com “ilimitada mão de obra”. Essa hipótese faz parte da história do pensamento econômico - principalmente entre os clássicos. O autor registra que os clássicos, neoclássicos e keynesianos apresentaram pontos de vista e pressupostos diferentes sobre a questão do desenvolvimento. Os clássicos supõem oferta ilimitada de trabalho a salários de subsistência; os neoclássicos, oferta limitada de trabalho e automatismo da expansão econômica (nesse aspecto, o autor afirma que a África dispõe de oferta ilimitada sem, necessariamente, se verificar crescimento econômico); Keynes supõe ilimitada a oferta de trabalho, de capital e de terra. Conforme Lewis (2010, p. 414), “aplicadas as soluções keynesianas, seria reestabelecido o sistema neoclássico”.

Na sua pesquisa, Lewis (2010) declara: “O estudioso dessas economias tem, portanto, de retroceder até os economistas clássicos para encontrar um marco analítico em que possa encaixar de modo relevante seus próprios problemas”. Acrescenta: “Nossa finalidade é principalmente atualizar seus esquemas à luz dos acontecimentos modernos, verificando em que medida eles podem nos auxiliar na compreensão dos problemas contemporâneos de grandes áreas do planeta” (Lewis, 2010, p. 414). Defendendo a tese de que em países de grande população, tanto a oferta quanto a demanda de trabalho qualificado é ilimitada, o autor afirma que o gargalo está, portanto, no capital e nos recursos naturais. Dessa forma, “o capital será aplicado somente até o ponto em que a produtividade marginal do trabalho se torne igual ao salário corrente” (Lewis, 2010, p. 419). A análise aplica-se tanto às economias fechadas quanto às economias abertas.

Em se tratando de economia fechada, o modelo construído com base nos clássicos perde a vitalidade no momento exato em que o “excedente de trabalho desaparece”, pois os “salários

não estão mais ligados a um nível de subsistência” (Lewis, 2010, p. 447). O autor acrescenta a seu modelo as eventualidades de uma economia aberta. Sem embargo,

Quando a acumulação de capital alcança a oferta de trabalho, os salários começam a subir acima do nível de subsistência e o excedente capitalista é afetado adversamente. No entanto, se continuar a haver excedente de mão de obra em outros países, o capitalista pode evitar que isso ocorra de dois modos: incentivando a imigração ou exportando seu capital para os países em que ainda existe excedente de mão de obra a salários de subsistência (Lewis, 2010, p. 448).

Para formarem seus modelos de desenvolvimento, Nurkse (2010), Rosenstein-Rodan (1957) e Rostow (2010) basearam-se, respectivamente: na necessidade de um mínimo de poupança interna; de um empuxo inicial; em modelos apriorísticos e fundamentados em dados empíricos. Para analisar a distribuição, a acumulação do capital e o crescimento em países de mão de obra ilimitada, em contextos de economia fechada e aberta, Lewis (2010) utilizou os clássicos – às expensas de neoclássicos e keynesianos. O “etapismo” de Rostow merece considerações à parte, principalmente pelo fato de esse autor sugerir que os países subdesenvolvidos alcançarão o desenvolvimento utilizando os mesmos caminhos de modernização econômica dos desenvolvidos, pois o subdesenvolvimento seria somente a etapa última de um mesmo processo histórico de crescimento econômico e progresso industrial. A fragilidade dessa teoria está em conceber apenas uma fórmula para atingir o desenvolvimento, em conseguir algo que seria replicável para as mais diferentes realidades nacionais (Conceição; Oliveira, Souza, 2016).

2.2.3. O desenvolvimento econômico chinês na Era Mao Zedong

Em um contexto sem condições mínimas de sobrevivência para populações inteiras, de que maneira ocorreu o processo de construção econômica da China, no período pós-revolução, na década de 1950? Souza (2022) trata da construção do socialismo chinês na Era Mao, do processo revolucionário chinês e do governo Xi Jinping. No capítulo III de seu livro, considera os aspectos econômicos, políticos e sociais envolvidos na construção do socialismo chinês, sempre em comparação com a construção socialista na URSS. Ressalta as grandes dificuldades do povo para reconstruir o seu país sob novas condições econômicas e sociais, sem deixar de mostrar conquistas importantes, como solidariedade social, dignidade e vitórias contra o imperialismo, os latifundiários e os chamados antigos senhores da guerra. Todos esses aspectos referenciados pelo pesquisador Samir Amim. E como era a China dos anos 1940? Em uma breve descrição, comparando a condição da China com a da União Soviética, após debater sobre os prós e os contras das duas experiências, Souza (2022) cita os enormes desafios impostos ao processo revolucionário do país asiático, como inflação alta, problemas com infraestrutura,

ameaças externas, fuga de capitais, privação material das massas, pobreza e isolamento internacional, inclusive por parte da ONU.

Em um segundo momento, Souza (2022) discute sobre a reforma fundiária implementada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) ainda no ano de 1946. O autor afirma que entre 1949 e 1956 a produção agrícola teve incremento de 70%. Segue citando as mudanças econômicas e sociais experimentadas – controle inflacionário, estatização do sistema bancário e controle dos mercados de produtos fundamentais. Afirma, por exemplo, que o país já não possuía formas empresariais privadas na segunda metade da década de 1960 – época da revolução cultural. No plano social, lista as medidas de alfabetização, de saúde pública e de mudança na condição social das mulheres chinesas. Sobre o pensamento econômico em Mao Zedong, reforça a ideia de que o papel deste vai além de mero ideólogo, ao tempo que põe certo voluntarismo em suas ações e concepções. No tocante ao planejamento, estabelece comparativos entre a planificação soviética e a chinesa, e afirma que esta seguiu aquela. Apoiando-se em Wladimir Pomar, conclui que o planejamento implementado na China funcionou “razoavelmente bem”.

Em um terceiro momento, Souza (2022) analisa a era Mao, o processo revolucionário chinês e o governo Xi Jinping. Especificamente, aborda o II Plano Quinquenal (1958-1962) – também chamado O Grande Salto à Frente – mostra consequências positivas e negativas do processo, antecipando que este foi um fracasso, dada a euforia da liderança do Partido-Estado chinês. O ponto negativo foi traçar objetivos que iriam além da capacidade econômica do país, situação que piorou com a subestimação do papel de especialistas e da formação científica. O ponto positivo foram os avanços em infraestrutura e obras de saneamento. Em resumo, são apresentados resquícios importantes dos pontos positivos desse plano mesmo nas décadas de 1980 e 1990. Referindo-se a esse período, Milaré e Diegues (2012, p. 376) advogam a tese de que

as bases para a industrialização foram criadas na era Mao Tsé-Tung com o apoio de reformas, como (1) a quebra do imobilismo tradicional, (2) a formação da indústria pesada e (3) o aumento da área irrigada e da produção de insumos agrícolas. Esses três fatores foram pré-condição para o sucesso das reformas econômicas de Deng Xiaoping.

Tratava-se de um país com grandes dificuldades socioeconômicas, principalmente por estar, naquela época, experimentando uma nova forma de desenvolvimento e, simultaneamente, tentando vencer uma oposição interna que defendia os antigos interesses de classes em uma China milenar. Por esses motivos sofria oposição externa até de organismos multilaterais. Mesmo assim, conforme se destacou anteriormente neste artigo, conseguiu algum avanço, causando efeitos também na era pós-Mao Zedong. Ao contrário de outros países, a China rompeu com uma corrente que interligava subdesenvolvimento e invasões externas a um povo necessitado e

infraestrutura deficiente. Com base nesse quadro, ousou usar experiência econômico-social em um mundo dominado por experiências liberais, em um momento histórico (pós-guerra), quando muitas economias concorriam a recursos para (re)construção de suas infraestruturas.

Milaré e Diegues (2012) afirmam que Mao Zedong quebrou uma inatividade tradicional, já que fez nascer a indústria pesada, uma indústria de insumos agrícolas e aumentou a quantidade de hectares irrigados. Tais ações teriam possibilitado a centralização do poder nas mãos do Partido Comunista e promovido estratégias de industrialização com forte controle estatal dos meios de produção. Para que a industrialização atingisse bons resultados, o setor primário deveria estar apto para abastecer a indústria de matérias-primas, apropriar os frutos da acumulação primitiva, com o objetivo de obter recursos em prol das empresas industriais, e criar um mercado para os bens produzidos. Com essa intencionalidade, o novo governo chinês teria feito nascer a grande reforma agrária que dividiu quase metade das terras cultivadas entre muitos camponeses pobres.

A reforma agrária e os mecanismos de incentivo ao aumento da produção e da produtividade possibilitaram aos camponeses meios de dispor da terra e de salário (este, agora baseado na quantidade produzida). Tais fatos favoreceram a emergência de uma indústria pesada, bem como a expansão da produção agrícola. Tudo isso aumentou a eficiência e a produtividade, elementos fundamentais à estratégia de industrialização implementada. Além disso, a produção de energia majorou de forma significativa, uma mudança que possibilitou ao país desenvolver a indústria e evitar a dependência em relação a importações. A quantidade de produtos como geradores, turbinas hidrelétricas, eletricidade, petróleo, aço, cimento, caminhões, pneus, navios mercantes, locomotivas e vagões, aumentou, com implicações no transporte ferroviário.

Desse modo, na era Mao, a China se transformou, de país pobre, passou ao status de minimamente dotado de infraestrutura, condição essencial ao desenvolvimento econômico. O país não pôde contar com outros recursos, exceto os próprios e internos, nascidos e emergidos em consequência de um processo revolucionário que rompeu com a subalternidade (interna e externa) mantida pelo Estado da China. É possível, inclusive, inferir que esse rompimento foi indispensável ao país e, da mesma forma, estratégia pautada em um projeto de Estado. Em países hoje subdesenvolvidos, notadamente, essa estratégia poderia ter efeitos semelhantes ou, pelo menos, encorajadores.

3. Imperialismo, China e Estados Unidos

A literatura traz uma análise extensa sobre esse tema, começa com Hobson (1938), passa por Hilferding (1985), Bukharin (1988), Luxemburgo (1988) e Lênin (1979). O imperialismo é

fato inerente ao processo de acumulação empreendido pelo capital. Da forma que se apresenta desde o início do século XX, está dotado de determinadas características como financeirização, monopolização e expatriamento de capitais e mercadorias, no contexto da transformação do pretense mundo econômico da concorrência perfeita em concorrência monopolista e interimperialista, no que tange aos Estados nacionais. O termo desaparece em meados do século XX e ressurgiu também nos discursos, com força aglutinadora, no fim desse mesmo século, em razão do desaparecimento da URSS na condição de potência componente da antiga bipolaridade mundial (Foster, 2007). Esse processo ocorre em um cenário desafiador para os estadunidenses. Da preponderância absoluta, os Estados Unidos da América agora passam a ver, no retrovisor da história, a China desafiante, um país que produz desde medicamentos aos (estratégicos e tão desejados) semicondutores.

O termo imperialismo mantém, dessa forma, relação de longa data com o desenvolvimento. Com base no que afirma Foster (2007), antes de John Hobson (1858-1940), Charles Conant (1861-1915) foi o primeiro a cunhar o conceito no contexto econômico, em 1898. No ensaio chamado *As Bases Econômicas do Imperialismo*, afirma que “o imperialismo era necessário para [...] aliviar o que ele denominava problema de ‘capital congestionado’”. Em seguida, foi considerado “berço da noção de imperialismo econômico” (Foster, 2007, p. 473), na publicação de “Imperialismo: um estudo”, de Hobson (1902), que via a prática de alguns países não mais como um “sentimento” – tal como o via Charles Conant (1861-1915) –, mas, como a necessidade de exportar o excedente produzido nos vários setores de determinada economia. Em seguida, aparece Lênin (2011, p. 180), segundo o qual, “o que caracterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”.

Na discussão sobre imperialismo, Estados Unidos e China, a polêmica concentra-se no uso desse adjetivo para qualificar o país asiático. Seria a China também imperialista? Algo já se sabe, *a priori*. Imperialismo e capitalismo aparecem em alguns contextos nacionais como termos complementares. Alguns autores percebem naquele país características crescentes, como a desigualdade. Foster (2007), por exemplo, afirma que mudanças realizadas pela liderança chinesa no período pós-Mao Zedong influenciaram de maneira significativa o cenário socioeconômico. Segundo esse autor,

Três décadas atrás, a China era a nação mais igual do mundo. Então, seus líderes políticos tomaram outro caminho para perseguir seus objetivos. Em lugar da prévia prioridade que lhe atribuía a igualdade, disse aos cidadãos que enriquecer era bom. Respirou-se a iniciativa privada, ampliou-se a abertura aos investimentos estrangeiros, o Estado chinês se sentiu confortável com as multinacionais norte-americanas, foram dadas as boas-vindas à globalização,

entrou o Banco Mundial, e recentemente a China se converteu em membro da OMC. O resultado foi exatamente o contrário do que o dogma prevalecente nos teria feito esperar, e que Postrel e outros defensores da globalização neoliberal simplesmente assumem como verdadeiro. A China, que alguma vez se destacou por sua devoção a igualdade, tornou-se crescentemente desigual. Tanto é assim que por volta de fins dos anos noventa, a distribuição de renda na China se assemelhava bastante à má distribuição da renda dos Estados Unidos (Foster, 2007, p. 486).

Roberts (2023), em resenha do livro “China: o socialismo do século XXI”, de Elias Jabour e Alberto Gabrieli, após analisar a questão da democracia operária, ressalta que Marx e Engels deixaram explícito que os princípios da “convocação de todos os trabalhadores e uma estrita limitação de seus níveis salariais” devem ser resguardados e considerados fundamentais à transição do socialismo, para, em seguida, advertir que “nenhum desses princípios da democracia operária se aplica na China, onde o partido comunista chinês governa sem ter de prestar contas, exceto de si mesmo”. Ao tratar da desigualdade de renda e riqueza e de outras tantas “condições problemáticas” verificadas no país asiático no processo de construção socialista, Roberts (2023) afirma que Gabriele e Jabour se mantiveram ao largo de contradições importantes e crescentes no processo de transição chinesa. Sobre o risco de “reversão ao capitalismo”, afirma: “o cavalo de troia de um grande setor capitalista e um Partido Comunista Chinês que não presta contas dentro da economia chinesa orientada para o socialismo permanecem uma séria ameaça a qualquer transição para o socialismo”. É um debate que merece maior atenção em estudos futuros. Neste trabalho, fez-se uma alusão ao problema suscitado pelo autor britânico.

Importante destacar, por outro lado, o imperialismo dos Estados Unidos, francamente caracterizado pela transformação da livre concorrência em monopólio e exportação de capitais, bem como pela sua imposição diante de outros Estados. Prova disso é a invasão em países árabes no fim do século XX e início do século XXI (Delgado de David; Silva, 2022). Outro exemplo é o controle daquele país sobre o Sistema Financeiro Internacional por meio do dólar, prerrogativa que lhe permite manter a condição de único emissor dessa moeda. Conforme dizem Lambert e Plihon (01/11/2023),

Aos privilégios da dívida fácil e da coerção monetária, o dólar veio somar o da extraterritorialidade: ele permite aos Estados Unidos impor suas decisões a todos os atores que desejam utilizar sua moeda. Em 2015, o banco francês BNP-Paribas foi multado em um valor recorde de US\$ 8,9 bilhões por não respeitar o embargo norte-americano a Cuba, ao Sudão e ao Irã.

Nesta seção do trabalho, verificou-se de que maneira a China de meados do século XX, transformada no final da década de 1970 pelas reformas empreendidas por Deng Xiaoping, está atualmente. Trata-se de um país cada vez menos próximo do ideal da revolução socialista de

1949, liderada por Mao Zedong. Prado (2022, p. 16) confirma tal condição quando diz: “Se o caminho do socialismo foi ainda experimentado, com grandes dificuldades, durante a vida do seu líder incontestado, em 1978, após a sua morte, ele foi abandonado”.

4. Resultados e discussão

O objetivo deste artigo foi descrever de forma resumida o desenvolvimento econômico da China na Era Mao Zedong, cotejando esse processo com textos de autores que tratam do desenvolvimento das décadas de 1950 e 1960. A análise mostra que o desenvolvimento é um imperativo ético (Hirschman, 1986) que se deve cumprir em prol do bem-estar de sociedades subdesenvolvidas e com diferentes carências.

Sobre a pergunta formulada na introdução ao artigo, “existe relação entre o conteúdo dos textos analisados e o desenvolvimento econômico chinês no período Mao Zedong?”, o estudo mostra correspondência entre o que diz a literatura e a realidade chinesa da era Mao Zedong, tal como mostraram Souza (2022) e Milaré e Diegues (2016). Ademais, é possível considerar os aspectos destacados por Albert Hirschman (1915-2012). De acordo com os resultados, nos aspectos analisados, a literatura mostrou-se, de fato, clássica e capaz de compreender e explicar as condições necessárias ao imperativo ético do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos, como a China, muito embora o próprio processo revolucionário desse país estivesse ainda em andamento.

Cabe ressaltar, porém, a imprecisão de Nurkse (2010) no tocante à circularidade existente entre pobreza e pobreza. Dito de outro modo, a própria experiência socialista chinesa da era Mao é uma resposta contundente ao autor, significa dizer que países pobres podem tornar-se ricos e desenvolver-se, desde que adotem a estratégia apropriada, que não passa, necessariamente, pela submissão ao círculo de países desenvolvidos.

O apelo à continuidade da pesquisa sobre o objeto analisado é uma necessidade. Como ocorre com toda pesquisa científica, existe sempre um recorte para desenvolvê-la. No caso deste artigo, a referência indicada serviu de base para estudar o processo de desenvolvimento chinês em simultâneo com o que se discutia na literatura. Naquela época, tratava-se de algo desconhecido, ou, simplesmente, ignorado pela academia, em virtude de motivos que iriam do veto político e ideológico – vivia-se em um cenário de pós-segunda Guerra Mundial e de disputa entre potências opostas e vencedoras – à falta de dados sobre aquela experiência. Obviamente, existia também, em regra, o viés ideológico do pesquisador ou preferência diante da causa que naquele momento esposava.

Referências

- BORON, Atílio A. A Questão do Imperialismo. *In*: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 459-483.
- BUKHARIN, N. I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Capítulos IX, X, XII e XIII.
- CONCEIÇÃO; Ariane F.; OLIVEIRA, Cíntia G; SOUZA, Celso B. Rostow e os Estágios Para o Desenvolvimento. *In*: NIEDERLE, Paulo; RADOMSKY, Francisco W. (org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 118 p.
- COSTA JÚNIOR, Pedro Donizete. Os Estados Unidos e a Contenção à China. **Folha De São Paulo**. São Paulo. 27 de fevereiro de 2023. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/02/os-eua-e-a-contencao-a-china.shtml>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.
- DELGADO DE DAVID, Thomáz.; SILVA, Maria Beatriz O. Imperialismo e Hegemonia Estadunidense no Século XXI: o papel da guerra ao terror. **BJIR**. Marília. 24 p, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12461>. Acesso em: 18 mai. 2024.
- DE SÁ, Nelson. Na Escalada da Guerra dos Chips, Huawei Volta a Ameaçar Apple. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 17 de janeiro de 2023. Disponível <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/economia-da-china-esta-aberta-ao-mundo-diz-vice-premie-em-davos.shtml>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.
- ECONOMIA da China Está Aberta o Mundo, diz vice premier em Davos. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 17 de janeiro de 2023. Disponível <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/economia-da-china-esta-aberta-ao-mundo-diz-vice-premie-em-davos.shtml>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.
- FOSTER, J. B. O Redescobrimto do Imperialismo. *In*: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 431-448.
- HOBSON, J. A. La Clave Económica del Imperialismo. *In*: **Estudio del Imperialismo**. Editora Digital: Titivillus, Edição original: 1902. Edição revisada: 1938, capítulo VI.
- HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural. 1985, Capítulo XIV, pp. 217-222 e XXII, pp. 293-316.
- HIRSCHMAN, A. O. **Grandeza e Decadência da Economia do Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAMBERT, Renaud; PLION, Dominique. Seria Mesmo o Fim do Dólar? **Le Monde Diplomatique Brasil**, Brasil, 01 11 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-fim-do-dolar/>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: FEA/UNICAMP, 2011.

LEWIS, W. Arthur. O Desenvolvimento Econômico Com Oferta Ilimitada de Mão de Obra, pp. 395-412. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação de Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1984, V. II, pp. 17-30.

MAJEROWICZ, Esther. A Disputa Sino-Estadunidense nas Tecnologias da Informação e Comunicação”. *In*: PARANÁ, Edemilson. **A China no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MILARÉ, Luís Felipe L; DIEGUES, Antônio Carlos. **Contribuições da Era Mao Tsé-Tung Para a Industrialização Chinesa**. Scielo - Brasil. Rio de Janeiro, 2012. 19 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/XMSJZQkFQpbrSzFyXJ4bVxH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2024.

NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico pp. 277-291. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

PRADO. Eleutério. O Socialismo Chinês Diante do Conceito de Socialismo. *In*: **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, v. 47, n. 255, p. 9-18, jan./abr. 2022.

PRASHAD, Vijay. Semicondutores: a era digital em disputa. **Outras Palavras**, 18 de maio de 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/semicondutores-era-digital-em-disputa/>. Acesso em: 19 de Maio de 2023.

ROBERTS, Michael. China: o socialismo do século XXI. **A Terra é Redonda**, 07 de julho de 2023. Disponível em [China: o socialismo do século XXI - A TERRA É REDONDA \(terraeredonda.com.br\)](http://terraeredonda.com.br) . Acesso em: 21 de junho de 2023.

ROSENSTEIN-RODAN, P. **Notes on Theory of the Big Push**, Center for International Studies Massachusetts Institute of Technology, 1957.

ROSTOW, W. W. A Decolagem Para o Crescimento Econômico Autossustentado, pp. 181-211. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

SOUZA, Renildo. **A China de Mao e Xi Jinping: transformações e limites**. Salvador: Edufba, 2023. 385 p.

UNITED STATES. Congress. Lei n. 117-167. Chips Acts of 2022, 08 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-bill/4346>. Acesso em: 18 mai. 2024.

*Recebido em: 20 de julho de 2023.
Aprovado em: 02 de maio de 2024.*